ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

ATA DE ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO Nº 051/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2025

Finalidade: Promover o Evento "Festa Tradicional do Agricultor e Jantar com escolha da Rainha da Festa do Agricultor".

Aos dezenove dias do mês de maio, de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos na Sala do Setor de Compras da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Comissão de Seleção e Julgamento, designada pelo Decreto nº 1905/2023, de 08 de fevereiro de 2023, sob a presidência da Senhora Thais Bortolossi e membros a Senhorita Gracieli Dàvila Gamzava e a Senhorita Patricía Drozila, com a finalidade de efetuar a abertura dos envelopes do Chamamento Público nº 02/2025. Apresentou envelope para participar do chamamento a seguinte entidade: **Associaçào de Linha Maratá** CNPJ SOB Nº 08.765.206/0001-14. Inicialmente, deu-se a abertura do Envelope apresentado pela entidade, contendo os documentos e as propostas **Associaçào de Linha Maratá** CNPJ 08.765.206/0001-14 sendo que os mesmos foram conferidos e rubricados pela Comissão, onde verificou-se que a entidade cumpriu todas as exigências solicitadas no Processo de Licitação nº 051/2025, Chamamento Público 02/2025. O valor proposto no cronograma de despesas está dentro do valor que a Administração tem disponível conforme subitem 3.1.3 do Edital. Por conseguinte, foi analisado a pontuação da entidade classificada conforme item 11.2.1 do Edital, sendo que a mesma pontuou 24 pontos. Uma vez que não houve mais interessados, a comissão entende que a entidade esteja apta a receber o valor de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)** conforme cronograma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

THAIS BORTOLOSSI
Presidente da Comissào

GRACIELI DÀVILA GAMZAVA
Membro da Comissào

PATRICIA DROZILA FRANCHIN OLIVEIRA
Membro da Comissào

ANEXO II

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2025

MODELO – PROPOSTA

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação de Banho Maratá

ENDEREÇO: Banho Maratá, interior, s/n

CIDADE: Piratuba CEP: 89667-000

ESTADO: Santa Catarina

FONE/FAX DA OSC: 49. 99954 3189

FONE/FAX DO REPRESENTANTE: 49 999-954-3189

CNPJ Nº: 08.705.206/0001-14

BANCO: 001 Brasil AGÊNCIA: 3630-6 CONTA CORRENTE: 21876-6

A presente proposta tem como objeto a celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO** entre o Município de Piratuba e a(o) Ass. de Banho Maratá e demais especificações constantes do edital de **Chamada Pública nº 02/2025.**

VALOR PROPOSTO: 120.000,00

Valor proposto por extenso: Cento e vinte mil reais.

ANEXAR A ESTA PROPOSTA: PLANO DE TRABALHO, PLANILHA DE PREÇOS, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO/PRESIDENTE:

a) Validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias as contar da entrega dos envelopes.
b) Prazo e local para realização dos serviços: conforme estabelecido no edital.
c) Concordo com todas as exigências do Edital.

TIELE PEREIRA DE LIMA

Nome completo e Assinatura do responsável legal

LOCAL/DATA

Piratuba, 12 maio de 2025

BANCO DO BRASIL

Extrato de Conta Corrente

Cliente

Nome

ASSOCIACAO L MARATA

Agência	Conta
3636-6	21.876-6

Movimento

Data	Dep. origem	Histórico	Documento	Valor	Saldo
13/05/2025		Saldo Anterior			0,00 C

Saldo	0,00 C
Juros *	0,00
Data de Debito de Juros	30/05/2025
IOF *	0,00
Data de Debito de IOF	02/06/2025

(*)Apurados de acordo com o somatório dos saldos devedores diários no mês anterior ao débito.

Informações Adicionais

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

Impresso em 16.05.2025 às 13:33:51

Central de Atendimento BB - 4004 0001 ou 0800 729 0001
Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC - 0800 729 0722
Ouvidoria BB - 0800 729 5678
Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 729 0088

PLANO DE TRABALHO

Evento: Promover as Festividades em Comemoração ao Dia do Agricultor.

- JANTAR COM ESCOLHA DA RAINHA

A ser realizado no dia 13 de junho de 2025, no Centro de Eventos de Piratuba (fornecimento de Jantas, animação musical, fornecimento de bebidas, dentre outros).

- 34º FESTA DO AGRICULTOR

Em comemoração ao dia 25 de julho (dia do Agricultor) que será realizado no dia 27 de julho de 2025, com almoço tradicional, animação de Bandas Musical;

APRESENTAÇÃO

A Associação de Linha Maratá, sediada e Localizada na Linha Maratá, interior de Piratuba SC, constituída de entidade sem fins lucrativos, existente a 18 anos, é formada por pessoas que residem na comunidade e arredores como sócios, possui estrutura própria na comunidade, realizam encontros mensais com a finalidade de reuniões, encontros, , confraternizações e fortalecimento da comunidade.

OBJETIVO

Este projeto tem como objetivo a realização de termo de colaboração para sediar e realizar as festividades em comemoração ao dia do Agricultor, realizando o Jantar com escolha da Rainha e Princesas da 34º Festa do Agricultor no Centro de Eventos no dia 13 de junho de 2025 e a Festa Tradicional do Agricultor no Parque de Eventos Municipal no dia 27 de julho de 2025, com almoço tradicional, animação de Bandas Musical;

DOS EVENTOS

13 de junho de 2025 - JANTAR COM ESCOLHA DA RAINHA, com a seguinte programação:

- Jantar servido com pratos típicos (macarronada, aipim, galeto, carne suína, linguicinha, saladas diversas, cuca e pão)
- Música ao vivo;
- Escolha da Rainha.

27 de julho de 2025 – 34º FESTA DO AGRICULTOR, com a seguinte programação:

- Almoço com pratos típicos (churrasco, salada, pão e cuca);
- Apresentação artística com Bandas de renome regional;

RELAÇÃO DE DESPESAS

Jantar com Escolha da Rainha no dia 13/06/2025	
Descrição	**Valor**
Despesas com apresentação artística – música ao vivo	R$1.000,00
Observação: Aplicação destes recursos acontecerá no dia 13/06/2025	

Festa Tradicional do Agricultor no dia 26/07/2025	
Descrição	**Valor**
Despesas com apresentação artística, som	R$ 47.500,00
Despesas com serviço de segurança	R$8.000,00
Despesas com E-Cad	R$3.500,00
Despesas com desconto de Churrasco	R$ 60.000,00
	Total 120.000,00
Observações: **- Para obter o desconto no Churrasco assado, cada família terá que adquirir uma ficha com o Centro Comunitário Educacional, Recreativo e Esportivo São Roque de Zonalta e pagar a diferença.** **- Aplicação destes recursos acontecerá no dia 27/07/2025.**	

APRESENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- A entidade é formada por 58 sócios e colaboradores;
- A entidade com repasse através de Termo de Colaboração executará os serviços de segurança, apresentação artística, desconto no espeto de churrasco assado, pretende alcançar um objetivo de aproximadamente quatro mil pessoas comparecendo no evento;
- Para cada família que apresentar um comprovante expedido pela administração, receberá um desconto de R$40,00 na aquisição do churrasco assado;
- No evento do Jantar da Escolha da Rainha uma apresentação artística;
- No evento Tradicional da Festa do Agricultor, duas (2) Banda de renome regional;
- A entidade não realizou Festa do Agricultor nos últimos 8 anos;
- A entidade possui 58 colaboradores para a realização do evento;
- O jantar, a entidade realizará no Centro de Eventos do Município e a Festa do Agricultor, no Parque de Eventos, localizada na Linha Diesel, interior do Município;
- Os alimentos serão de qualidade e inspecionados conforme recomendação da vigilância sanitária;
- No local do evento será disponibilizado local para estacionamento para os veículos dos participantes do evento;
- A entidade disponibilizará estrutura de acomodação para alimentação de no mínimo quatro mil pessoas (bancos, mesas e cadeiras).
- A entidade disponibilizará de Utensílios (espetos) necessário para utilização em 3.750kg de carne;

- A entidade disponibilizará de Utensílios (cozinha) necessário para servir no mínimo 4.000 almoços;

Diante da proposta apresentada, caso a entidade ser a vencedora do certame referente ao evento em questão temos consciência do compromisso, para que este evento aconteça de forma saudável de integração entre as comunidades, agricultores e munícipes em geral;

Piratuba, 12 de maio de 2025.

Tiele Pereira de Lima
Presidente

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 060/2025

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PIRATUBA** através da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DE LINHA MARATÁ,** mediante as cláusulas e condições seguintes:

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.815.481/0001-58, com sede à Rua Governador Jorge Lacerda, nº 133, Centro, nesta Cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato pelo Secretário Municipal de Agricultura e meio Ambiente, Sr. Eloir Bergamo, inscrito no CPF-MF sob o nº ***192.089***, e do outro lado a Entidade **ASSOCIAÇÃO DE LINHA MARATÁ**, com sede na Linha Maratá, s/n, Bairro Interior, Piratuba, SC, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.765.206/0001-14, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Tiele Pereira de Lima, inscrito no CPF-MF sob o nº ***671.699*** acordam e ajustam firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e Decreto Municipal nº 736 de 14 de fevereiro de 2017 e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições no **Processo Licitatório n.º 51/2025**, edital de **Chamamento Público nº 02/2025**, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – O presente Termo de Colaboração com entidade privada, registrada no Município de Piratuba, sem fins lucrativos, visando celebrar com entidades do Município convênio para promover o Evento "Festa Tradicional do Agricultor", mediante CHAMAMENTO PÚBLICO, com entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, ora denominada PROPONENTE, conforme condições fixadas neste instrumento, seguindo as do Edital de Chamamento e seus anexos.

Parágrafo Único - Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital, juntamente com seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO EVENTO – Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente colaboração a importância de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**.

Parágrafo Primeiro – Os valores de recursos transferidos no âmbito da colaboração serão liberadas em estrita conformidade aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil vencedora, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

Parágrafo Segundo - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades previstas das legislações vigente, a contemplação do Edital e o Plano de Trabalho apresentado pela entidade.

Parágrafo Terceiro - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, a entidade terá um prazo máximo de 10 dias para quitar sob pena de devolução

dos recursos totais recebidos, restinguindo a obrigatoriedade a entidade que apresentar em seu Plano de Trabalho aplicações dos recursos pretendidos com despesas de pessoal e ou prestação de serviços.

Parágrafo Quarto - A execução das propostas deverão ser elaboradas prevendo-se prazo de execução em parcela única e recebimento da prestação de contas em até 30 dias após o último evento dando por encerado o presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

Parágrafo único - O pagamento será efetuado em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO - Os recursos orçamentários necessários para a execução do objeto do presente Chamamento Público, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas: 09.001.2.038 – 3.3.50.00.00.00.00 – 1.501.0000.000000, (50) do exercício 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

a) Iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração;

b) Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as regras, prazos e demais condições previstas no Edital e outras Legislações Vigentes;

c) Comparecer em juízo nas questões trabalhista propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;

d) Fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

e) Facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência do Termo de Colaboração;

f) Cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA - O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA** através do órgão gestor signatário do presente instrumento é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

1 - A fiscalização do Termo de Colaboração será exercida pela **Municipalidade**, através do responsável gestor designado, com as seguintes atribuições:

a) Iniciar a execução do objeto pactuado imediatamente após assinatura do Termo de Colaboração;

b) Prestar contas dos recursos recebidos de acordo com as regras, prazos e demais condições previstas no Edital e outras Legislações Vigentes;

c) Comparecer em juízo nas questões trabalhista propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;

d) Fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto do presente Termo de Colaboração, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

e) Facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor e da Comissão de Monitoramento e Avaliação durante a vigência do Termo de Colaboração;

f) Cumprir em sua integralidade, as exigências do Edital de Chamamento Público e seus anexos.

1.1 – **DO GESTOR E FISCAL DESIGNADO.**

a) Designa o Gestor do Contrato o servidor Edson Pilger e a fiscal servidor servidora Rosângela de Oliveira, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das metas referidas no Plano de Trabalho, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da prestação de contas junto a Comissão Especial de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público, nomeados pelo Decreto nº 2.181/2024, de 17 de maio de 2024.

b) A responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

c) Orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.

d) Arquivar juntamente às notas de empenho pelo prazo de 05 (cinco) anos a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária.

CLÁUSULA SÉTIMA – O Município de Piratuba ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência do Termo de Colaboração, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGENCIA - O prazo para a execução deste Termo de Colaboração será a partir da assinatura do Termo encerando-se na prestação de contas até 30 dias após a realização do último Evento.

Parágrafo Primeiro - O prazo estabelecido na Cláusula Nona deste instrumento poderá ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao órgão gestor em, no mínimo, trinta dias anteriores ao termo inicialmente previsto.

Parágrafo Segundo – Poderá o presente Termo de Colaboração, a critério da Administração, ter sua vigência prorrogada em prazo não superior ao originalmente pactuado na Cláusula Nona do presente instrumento.

Parágrafo Terceiro – A baixa contábil em definitivo da parceria será efetuada após a aprovação da autoridade competente, e tramitado em todas as instancias de fiscalização e com arquivamento e guarda pela Diretoria de Controle Interno.

Parágrafo Quarto – A Organização da Sociedade Civil é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do Termo de Colaboração em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.

CLÁUSULA NONA- A Organização da Sociedade Civil obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra e insumos, e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - Pela execução da colaboração em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar Termo de Colaboração, de fomento ou de colaboração, e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar Termo de Colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

Parágrafo Primeiro - A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parárafo Segundo – As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração

pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A Organização da Sociedade Civil reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas estabelecidas no Plano de Trabalho.

Parágrafo Único – No caso da Organização da Sociedade Civil ser responsável pelo fornecimento de insumos e produtos, estes devem ser de 1ª qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Se, por qualquer razão, a Organização da Sociedade Civil não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO – O presente Termo de Colaboração poderá a critério da administração, ser rescindido nos seguintes termos:

a) O município reserva-se o direito de solicitar a rescisão antecipada do instrumento oriundo do presente chamamento público por ato unilateral, a qualquer tempo em decorrência de fato superveniente, em razão de Conveniência Administrativa, Técnica ou Financeira, bem como por razões de interesse público desde que devidamente motivado, e previamente comunicado à entidade em prazo não inferior a 30 (trinta) dias;

b) A inexecução total ou parcial do objeto do presente edital ou ainda a execução em desconformidade com o exigido pelo Município, acarretará a rescisão do Termo de Colaboração, estando à entidade sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital de chamamento, seus anexos e demais normas vigentes.

c) Por acordo entre as partes, poderá ser rescindido antecipadamente o instrumento celebrado entre as partes, desde que previamente notificada a parte contrária com antecedência de **30 (trinta) dias**.

Parágrafo único - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil celebrante do presente termo, exceção de Termo de Colaboração não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, o Decreto Municipal nº 736, de 14 de fevereiro de 2017 e demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, o Decreto Municipal nº Decreto Municipal nº 736, de 14 de fevereiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela **SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** na figura do gestor designado e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal-SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E para a sua validação, o presente Termo de Parceria é firmado pelas partes, em três 03 (três) vias de igual teor.

MUNICÍPIO DE PIRATUBA, 28 DE MAIO DE 2025.

VANDERLEI WEBER
Prefeito Municipal

ELOI BERGAMO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

ENTIDADE
Representante Legal